

interlocução entre o Estado e a União

Perfil



Secretário-executivo do Escritório de Representação do Rio Grande do Sul em Brasília, **Henrique Pires** é natural do município de Pedro Osório (RS). Em setembro de 2023, aceitou o convite do governador Eduardo Leite (PSDB) para assumir Representação do Estado. Atualmente sem filiação partidária, Pires foi chefe de gabinete em dois ministérios, entre os anos de 2016 a 2018, e depois secretário federal

da Cultura, em 2019. Além disso, foi assessor de Eduardo Leite quando, no início de sua trajetória política, foi presidente da Câmara Municipal de Pelotas. Henrique Pires tem formação em Estudos Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e pós-graduação em Políticas Públicas pela Universidade de Salamanca, na Espanha.

Senado, na primeira semana, quando a coisa ficou aguda, marcaram uma reunião. Eles têm um grupo chamado Liga do Bem, e esse grupo do Senado dispõe de alguns galpões grandes, são galpões muito bem localizados, e fizeram uma reunião lá, e eu disse: “olha, nós queremos fazer alguma campanha, mas que faça a diferença para o Rio Grande do Sul, o que a gente faz?” Eles escolheram, e a gente acolheu que se fizesse uma campanha para comprar, direto da fábrica, cobertores. A gente sabia que quando baixasse a água ia fazer frio. Então saíram caminhões e caminhões com cobertores novos, comprados na fábrica, com média de R\$ 19,00 cada um e em um volume muito grande. Então a prioridade qual que foi? Salvar as pessoas. E também uma outra coisa que fizemos aqui foi a articulação com organismos internacionais e com embaixadas. Embaixada do Uruguai, por exemplo, mandou um helicóptero, Embaixada do Japão mandou purificadores de água, a Embaixada da Itália mandou muita coisa. Então, teve muita ajuda, e

tudo isso quando a água ainda estava alta no Estado. A tendência agora é, como a água baixou, é também diminuirmos um pouco o nosso protagonismo, por conta da possibilidade de que os secretários já estão tendo de vir a Brasília.

JC - A atuação do escritório foi mais fundamental no momento mais agudo para as questões emergenciais?

Pires - Exato. Outra coisa que aconteceu é que a gente aqui (em Brasília) estava com a internet boa, tinha energia elétrica, tinha tudo. E de pessoas no Estado a gente recebeu ligação dizendo “estou com o celular, mas estou com pouca bateria, eu preciso disso e daquilo”. Então a gente conseguiu por aqui manter o ritmo que precisava ser mantido por conta de prazos e outras coisas.

JC - Uma das críticas do governo do RS à União é que o governo federal não tenha compreendido a dimensão da catástrofe...

Pires - Na verdade, a gente pensou que com a criação desse Ministério (de Apoio à Reconstrução do

RS), o pessoal entenderia melhor. O que acontece? O governo federal tem diversas delegacias em certas esferas, e com esse ministério se entendeu que ele seria um coordenador dessas delegacias para, evidentemente, ter os dados precisos para poder fazer o enfrentamento (à catástrofe). E parece que eles não conseguiram ter o êxito que a gente achou que eles iam ter nesse período. Eles estão trabalhando, mas talvez a gente tenha percebido que tem coisas que são imediatas e tem coisas de longo prazo. A gente tinha duas estradas paralelas: a estrada de salvar pessoas, resolver coisas rapidamente - e acho que isso andou bem -, mas tem outra estrada que é do anúncio das coisas. E aí tem uma questão de frustração.

JC - Outra crítica é que a União faz muitos anúncios, mas poucos são efetivamente postos em prática. Qual sua avaliação?

Pires - Acho que no anseio de fazer uma prestação de contas rápidas para a população, o ministério, que tem um prazo de validade, que precisa passar pelo Congresso,

que reuniu uma série de assessores, muitas vezes está tendo uma leitura para uma coisa que é de longo prazo de coisas que não podem ser assim. Não vejo como má-fé, mas é um pouco de falta de prática de alguns, porque alguns têm muita prática. Evidentemente eles têm uma agilidade muito boa pelo fato de ser ministério, porque se fosse secretaria de reconstrução, por força de lei, eles não teriam a possibilidade de usar avião da FAB, que é requisitado por ministro de Estado. Então, o fato de ter um ministro da reconstrução é interessante, porque ele pode ir e voltar a Brasília para levar equipe, buscar equipe em um momento que isso é fundamental.

JC - A existência do Ministério da Reconstrução foi estendida. Entende que isso é importante?

Pires - É importante na medida em que ele some com o governo do Estado. A bancada federal (no Congresso Nacional) é plural. Tem deputados de extrema esquerda e extrema direita. Mas na hora que tratam de uma questão do Rio Grande do Sul, todos eles se unem, e nesse aspecto eles estão sendo sensacionais. Então, a gente espera que esse ministério também de uma maneira afine mais, converse mais com os técnicos do Estado. De minha parte, não tenho queixas aqui em Brasília. Tudo que a gente demanda eles são muito gentis, muito republicanos.

JC - Como tem sido o contato do escritório com o secretário estadual da Reconstrução, Pedro Capeluppi?

Pires - Excelente. O Pedro Capeluppi é funcionário público federal e está em exercício de atividade como secretário estadual no Rio Grande do Sul. Ele estava cuidando do programa de Parcerias e Concessões, e grande parte da agenda dele era aqui ao lado do Escritório de Representação, então ele já tinha contato conosco. Com o fato de ele ter vindo para a Secretaria de Reconstrução, ficou bom para nós, porque a gente conhece a maneira de trabalhar. Ele é muito prático, quer que as coisas andem, e evidentemente agora a gente está se vendo muito e vem muito pedido de gente querendo ajudar, de empresas querendo participar do processo de reconstrução e a gente manda para ele, e ele já marca as reuniões em Porto Alegre para botar essas coisas em andamento.

JC - Outro tema que o escritório trata é da dívida do RS com a União. Como estão as articulações dessa questão?

Pires - A questão da dívida do Rio Grande do Sul com a União é aquilo que o governador apresentou. Depois dos estudos que foram apresentados no Senado para o presidente Rodrigo Pacheco, o que nós fizemos foi reproduzir, tornar mais público do que já era, aquela solicitação do Estado com relação ao tratamento da dívida, a questão dos indicadores e tudo mais. Temos quatro estados bastante endividados, o RS é o quarto em termos de dívidas, mas o Rio Grande do Sul fez, ao longo do tempo, todos os esforços exigidos pelo Ministério da Fazenda para negociar a sua dívida nas condições mais republicanas ou mais exequíveis. O fato também da secretária (estadual da Fazenda) Priscilla Santana ter sido por muito tempo uma funcionária do primeiro escalão do Ministério da Fazenda já é um suporte técnico que nos permite que a gente tenha uma retaguarda bastante boa para discutir isso, embora sejam discussões feitas pela secretaria da Fazenda, que sabe os dados todos. Se analisar a questão da dívida, sem entrar na profundidade do tema, já é postergado para daqui a três anos o pagamento, então já tem um pouco de fôlego para o próximo governador ou governadora. O que Eduardo Leite está fazendo agora? Está fazendo o que se deve fazer numa república. Então estamos trabalhando para que o Estado possa voltar a crescer e, quem sabe, a gente possa usar esses recursos para aproveitar nisso.

JC - E sobre a reforma tributária, que deve ser pautada neste segundo semestre, como o escritório tem agido para apresentar as necessidades do RS neste sentido?

Pires - A gente acompanhou o processo. Como está no Congresso, são os congressistas que decidem. A Câmara semana passada fez modificação no último dia, a questão da carne, a questão do queijo. Como a matéria tributária só vale para o exercício seguinte, ou seja, para valer em 2025, ela tem que ser aprovada até dezembro. A ideia que estamos passando aqui é que neste semestre o Senado vai discutir pormenorizadamente todas essas questões de referência à reforma tributária, e tem que ser muito bem articulado, porque se mexe muito (no texto) tem que voltar para a Câmara. O escritório trabalha como intermediário no sentido de abastecer com informações as pessoas que vão tomar as decisões, a gente fica nessa interlocução.